

Migrantes latino-americanas: empreendedoras e mídias de si

Migrantes latinoamericanas: empreendedoras
y medios de si

Latin american migrants: entrepreneurs and
medias of itself

SOFIA CAVALCANTI ZANFORLIN¹, JÚLIA AFONSO
LYRA²

Resumo: O trabalho pensa a relação entre migrantes latinoamericanas e empreendedorismo a partir da lógica neoliberal de retração do Estado, discutindo a experiência migrante a partir do recorte de gênero, e o que ela revela sobre precarização do trabalho, cuidado, protagonismo feminino e empreendedorismo como forma de integração. Através de entrevistas em profundidade, percebemos que a midiatização perpassa as vivências das migrantes como meio de gerar visibilidade, sob a forma de "consumo da experiência", e assim garantir o sustento familiar. Dessa forma, a alternativa de empreender se coaduna com retrabalhar atributos de seu país de origem, na qual a narrativa pessoal passa a singularizar seu "produto", apresentando-se ela mesma como uma mídia de si.

Palavra-chave: Migração; Empreendedorismo feminino; Mídia de si.

Resumen: El trabajo reflexiona sobre la relación entre migrantes latinoamericanas y el emprendimiento desde la lógica neoliberal de retracción del Estado, discutiendo la experiencia migrante desde la perspectiva de género, y lo que revela sobre la precariedad del trabajo, el cuidado, el protagonismo femenino y el emprendimiento como forma de integración. A través de entrevistas en profundidad, nos percatamos que la cobertura mediática permea las vivencias de los migrantes como forma de generar visibilidad, en forma de

¹Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sofia.zanforlin@ufpe.br.

² Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, julia.lyra@ufpe.br.

“consumo de experiencia”, y así asegurar el sustento familiar. De esta manera, la alternativa del emprendimiento va en la línea de reelaborar atributos de su país de origen, en el que la narrativa personal pasa a singularizar su “producto”, presentándose como un medio de sí misma.

Palabras clave: Migración; Emprendimiento femenino; Medio de sí.

Abstract: The work thinks about the relationship between Latin American migrants and entrepreneurship from within the neoliberal logic of State retraction, discussing the migrant experience from a gender perspective, and what it reveals about the precariousness of work, care, female protagonism and entrepreneurship as a form of integration. Through in-depth interviews, we realized that media coverage permeates the migrants' experience as a means of generating visibility, in the form of "consumption of experience", and thus ensuring family support. In this way, the alternative of entrepreneurship is in line with reworking attributes of their country of origin, in which the personal narrative starts to singularize their "product", presenting itself as a media of itself.

Keywords: Migration; Female entrepreneurship; Media of itself.

Introdução

As migrações transnacionais têm sido identificadas como movimentos que atravessam os Estados-nação devido a fatores diversos, como as desigualdades regionais, as crises econômicas, os conflitos religiosos, os desastres ambientais, etc. Ao mesmo tempo, se por um lado migrar é uma prática que acompanha a humanidade desde os primórdios, por outro, é certo que a globalização elevou o fluxo de bens, mensagens e pessoas a um patamar sem precedentes, gerando um quadro de intensificação e complexificação do fenômeno. Dentro desse contexto de dinamização das trocas entre culturas, também tem se destacado a centralidade assumida pelas mídias nos processos de sociabilidade e subjetivação dos migrantes, neste âmbito em específico. Não por acaso, as abordagens utilizadas nos estudos migratórios, em suas múltiplas arenas disciplinares, têm sido questionadas e reformuladas por uma série de processos e transformações relativas às políticas de controle e gestão da mobilidade, bem como às particularidades que hoje caracterizam os fluxos.

Embora a migração de mulheres não seja recente, a introdução de um enfoque de gênero nos estudos migratórios só aconteceu entre os anos 1970 e 1980, quando até então predominava a ideia de que o migrante típico era o

homem (MIRANDA, 2009, p.22-23). Em parte, consideramos que a dificuldade de incluir e analisar a experiência feminina nas teorias migratórias remete a uma lacuna mais ampla no que diz respeito a consideração dos aspectos subjetivos, relativos às vivências, comportamentos, desejos e expectativas dos migrantes, os quais foram por muito tempo preteridos devido à influência do modelo neoclássico na área, que partia “da concepção do indivíduo como homo economicus, um sujeito racional capaz de ponderar custos e ganhos, decidindo emigrar depois dessa ponderação” (NOLASCO, 2016, p.19). Outro fator que operou de maneira decisiva nesse negligenciamento está vinculado ao modelo de família patriarcal, no qual o homem figurava como o chefe, responsável pelo sustento do lar, e a mulher era vista como sua dependente.

No universo das migrações, a questão começa a mudar em meio a um cenário em que as políticas migratórias europeias tornaram-se mais restritivas e que, segundo Miranda (2009), as mulheres passaram a “dominar os fluxos de entrada, apesar de serem minoritárias em termos de stock de imigrantes” (*Ibid.*, p.23). Assim, com o aumento gradual da presença feminina, nos círculos acadêmicos e políticos do Velho Continente passa a se falar em um processo de feminização das migrações, termo que posteriormente conglomera aspectos tanto de ordem quantitativa quanto qualitativa. Trata-se de considerar uma tendência em que os fluxos migratórios incorporam um crescente número de mulheres, além de visibilizar o papel que elas desempenham no sustento de suas famílias e na economia dos países de origem e destino, na mobilização de redes e grupos migrantes e no desenvolvimento de novas políticas, entre outros.

Esse conjunto de mudanças que envolvem a participação e a visibilidade das mulheres vem levantando questionamentos, dentre outros pontos, sobre o que estaria provocando um incremento nessa mobilidade e quais seriam as suas reverberações nos processos de autonomia e agenciamento feminino. Pois, na medida em que é atravessada por uma intrincada teia de disputas, conflitos e negociações, seria ingênuo acreditar que a população migrante “é desprovida de toda hierarquia e de toda diferenciação social” (SAYAD, 1998, p.64), sendo reproduzidas, em seu seio, desigualdades que remetem tanto ao tempo de migração - onde os recém-chegados são mais suscetíveis à violações, devindo à falta de familiaridade com a sociedade aproximada -, quanto às questões de gênero, raça, classe, etc. Nesse sentido, a mobilidade feminina parece ter efeitos e características ambivalentes, permitindo às

mulheres “inserções em novos contextos e realidades que podem funcionar tanto como processos de libertação quanto novas formas de continuidade da opressão e das relações de dominação de gênero” (OLIVEIRA, 2017, p.6).

Este artigo constitui-se a partir do encontro de duas pesquisas. A primeira, *Comunicação, Migração e Empreendedorismo: consumo cultural como meio para integração e cosmopolitismo*, que acompanhou o desenvolvimento de programas voltados para a formação de empreendedores migrantes, com destaque para as áreas da gastronomia e do artesanato. A pesquisa problematizou a retórica do empreendedorismo social a partir da experiência migratória e do consumo cultural como possibilidade de negociação de pertencimentos. O discurso de integração via empreendedorismo tem sido apresentado como meio de empoderar o migrante e apresentá-lo a partir da sua condição de sujeito, de agente criativo. Nesse sentido, o estímulo ao empreendedorismo surge como possibilidade do migrante transformar a sua condição social e econômica, além de retrabalhar atributos pessoais e culturais do país de origem em que a narrativa pessoal passa a singularizar o seu “produto”.

Já a segunda, *Terra-mãe: percursos e histórias de migrantes venezuelanas em Pernambuco*, se debruçou sobre as experiências de deslocamento de um grupo de migrantes venezuelanas residentes no estado nordestino. A pesquisa focou em investigar aspectos de gênero relacionados às trajetórias migratórias das interlocutoras, desde o processo de decisão e vinda para o Brasil até o início da adaptação em Pernambuco. Buscava-se, assim, entender as suas motivações pessoais, materiais e subjetivas, além das rotas percorridas e dos efeitos do deslocamento em suas relações afetivas, estado emocional e planejamento futuro. Entre as particularidades identificadas, ressaltamos os desafios de inserção das migrantes na sociedade anfitriã, como a escassez de oportunidades de trabalho formal, a sobrecarga com os afazeres domésticos e de cuidado familiar, intensificada devido à escassez ou mesmo falta de redes de apoio institucionais e interpessoais, e a dificuldade de conciliar suas múltiplas funções.

Para este trabalho, propomos aprofundar o entendimento da experiência empreendedora a partir da análise de três entrevistas em profundidade de migrantes sulamericanas, duas venezuelanas e uma colombiana. Duas delas participaram dos treinamentos da ONG Migraflix e a terceira pela Cáritas Regional Nordeste 2, com o Projeto Creciendo. O que está em foco nessa discussão é a relação entre precariedade do status de cidadania, seja pela

condição de refúgio, seja pela de imigrante, a superposição de responsabilidades, enquanto principal responsável pela renda familiar, bem como as consequências dessas superposições nas subjetividades dessas mulheres. Ou seja, propomos discutir as particularidades da experiência migrante a partir do recorte de gênero, e o que ela revela sobre precarização do trabalho, cuidado, protagonismo feminino e a relação com o empreendedorismo como forma de integração social e econômica, além de imersão na pedagogia neoliberal.

Os relatos das migrantes entrevistadas revelam que a retórica empreendedora escamoteia situações de precarização laboral (BROWN, 2019), insegurança acerca da renda familiar, adoecimento e endividamento. Verificamos, ainda, que há uma crescente relação de dependência no que diz respeito ao uso de aplicativos digitais enquanto instrumentos de divulgação dos negócios étnicos e que o manejo rotineiro e eficiente dessas mídias decididamente passou a integrar o cotidiano das nossas interlocutoras, enquanto estratégia de promoção e venda de produtos, no período pós-pandemia. Por fim, questionamos se de fato as migrantes tornaram-se empreendedoras ou trabalhadoras precarizadas do ramo de serviços da alimentação e do artesanato, em que, infelizmente, não é possível perceber reversão da vulnerabilidade nem muito menos o anunciado empoderamento econômico.

Formatando migrantes empreendedores: percursos de pesquisa

A pesquisa *Comunicação, Migração e Empreendedorismo: consumo cultural como meio para integração e cosmopolitismo* foi realizada em duas fases. Na primeira, realizou-se a observação participante, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários ao longo dos quatro módulos do projeto Raízes na Cozinha. O projeto foi desenvolvido em São Paulo no segundo semestre de 2017 pela ONG Migraflix e parceiros, como Uber, Facebook e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), com o objetivo de capacitar migrantes a se tornarem empreendedores e vender comida de seus países de origem como meio de “empoderamento econômico e integração social à sociedade brasileira”. Ao todo 21 migrantes foram selecionados e 18 concluíram a formação. Desse total, 10 eram mulheres e 8, homens.

Constatamos que o migrante passou a integrar o contexto comunicacional circulante atual na sociedade brasileira em que a perda de direitos laborais passa a ser compensada por uma suposta liberdade e autonomia do empreendedor, e estimulado a transformar sua condição socioeconômica por si mesmo, sem a contrapartida do Estado, na forma de políticas públicas voltadas para a inserção no mercado de trabalho local. Assim, ao migrante, a alternativa de empreender se coaduna com retrabalhar atributos pessoais e culturais originários, cuja narrativa pessoal passa a singularizar seu “produto”, apresentando-se ele mesmo como uma mídia de si, embalada ainda pelo apelo da adesão a uma causa humanitária (ZANFORLIN; AMARAL, 2019). Também demonstramos que o estímulo ao empreendedorismo como solução para integrar os migrantes economicamente passou a ser pauta da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), em documento de 2016³, na ideia de convocar a sociedade civil e empresas privadas para participação ativa na gestão das causas humanitárias.

A Migraflix se destaca entre as ONGs que atuam com migrantes no Brasil pela trajetória e pelo trabalho com migrantes primeiramente em São Paulo e cidades como Brasília e Rio de Janeiro e, mais recentemente, em Boa Vista e Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. A ONG se apresenta como uma “ação social sem fins lucrativos” e a sua atuação se iniciou em 2015 a partir da realização de workshops culturais, “serviços de alimentação de comidas do mundo”, palestras motivacionais e eventos ministrados por migrantes e refugiados. Sua atuação está delimitada a migrantes recém-chegados, refugiados e solicitantes de refúgio, e se apropria das mídias sociais para divulgação de seus eventos. Esses eventos têm se ampliado e, para além dos workshops, se concentrado em serviços de catering para empresas e palestras motivacionais. Além da observação participante, foram colhidos relatos dos membros do Migraflix, entrevistas gravadas com migrantes selecionados e, ao final do projeto, foram enviados questionários para serem respondidos pelos migrantes. Por fim, a segunda fase desta pesquisa buscou estabelecer contato com os migrantes que participaram do programa, mas depois de 6 meses de sua finalização.

O segundo trabalho aqui discutido (LYRA, 2021) focou nas experiências de venezuelanas residentes em Pernambuco, um dos estados nordestinos que

³ Disponível em: <<https://refugeesmigrants.un.org/declaration>>. Acesso em: 15/10/2021.

mais recebeu nacionais⁴ através da estratégia de interiorização da Operação Acolhida⁵. A pesquisa se iniciou a partir de uma aproximação em direção às três instituições pernambucanas que participaram do programa, localizadas no Recife, em Igarassu (Região Metropolitana do Recife (RMR)) e Carpina (Zona da Mata), ainda em 2019. Estabelecidos os primeiros contatos com os acolhidos, percebemos que existiam algumas peculiaridades vivenciadas pelas mulheres, como a escassez de oportunidades de trabalho no mercado formal, a sobrecarga com os afazeres domésticos e de cuidado familiar e a dificuldade de conciliar suas atribuições.

Como o nosso objetivo era qualitativo, buscamos selecionar interlocutoras de diferentes perfis, abrangendo uma diversidade no que diz respeito ao tempo de chegada, às cidades de residência e à forma de deslocamento interno, isto é, se havia passado por acolhimento institucional, tido apenas a passagem subsidiada ou vindo por conta própria para Pernambuco. Isso possibilitou o acesso a pontos de vista variados, compondo uma amostra capaz de evidenciar afastamentos, semelhanças e reincidências nos relatos. Inicialmente, planejamos realizar o acompanhamento por meio da combinação da observação participante, gerando um diário de campo, com as entrevistas em profundidade gravadas in loco, mediante as indicações fornecidas pelas instituições e pelas próprias venezuelanas. Porém, com a chegada da pandemia, a continuidade da coleta de dados de maneira presencial foi inviabilizada, passando a ser realizada através de videochamadas, ligações telefônicas e contato via redes sociais.

Um dos aspectos observados durante a investigação foi o desenvolvimento do projeto Creciendo, implementado no Recife pela Cáritas Regional Nordeste 2 com financiamento da Fundação Interamericana (IAF), órgão que atua para o desenvolvimento de pessoas de baixa renda na América Latina e no Caribe. De acordo com a instituição, o Creciendo objetiva fomentar a inclusão sociolaboral de venezuelanos que estão na área de atuação da ONG, abarcando os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a partir de formações na área do empreendedorismo e temas correlatos como Economia Popular Solidária e Fundos Rotativos Solidários. A

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/transparencia/informativos>>. Acesso em 01/03/2023.

⁵ Apenas os migrantes e refugiados venezuelanos regularizados, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado podem participar da interiorização. Existem diferentes modalidades, que incluem: saída de abrigos em Roraima e no Amazonas para abrigos em uma das cidades de destino; reunificação familiar; reunião social; e com vaga de trabalho sinalizada.

ONG desenvolveu ainda uma segunda iniciativa voltada para o acompanhamento dos pequenos negócios criados pelos migrantes intitulada de Projeto Rafa, que permite acesso a microcrédito de até R\$4.000,00 para abertura de negócio. Uma das interlocutoras da pesquisa passou, inclusive, a integrar a equipe que coordena as seleções para migrantes que recorrem ao projeto no Recife.

Para este artigo, nos concentramos mais profundamente no relato de três migrantes que mantêm laços de trabalho com as respectivas ONGs. As autoras mantêm contato frequente com essas três fontes, e, para além de encontros presenciais realizados no transcurso das pesquisas, esses contatos foram desdobrados em trocas de áudios e mensagens de texto via aplicativo WhatsApp. Seus nomes e nacionalidades serão mantidos em sigilo, tal como acordado com as entrevistadas. A combinação dos métodos empregados – observação participante, entrevistas e questionários – e as anotações dela decorrentes propiciam as leituras aqui expostas.

Entrevistas em profundidade: o que dizem as migrantes

Entrevista 1 – Recife

A venezuelana 1 veio para o Brasil em 2017 com o marido e uma filha de 4 anos. Na Venezuela, a migrante trabalhava com o companheiro em um ateliê de vitrificação próprio, onde produziam peças de decoração e adorno. O negócio e a rotina da família foram interrompidos devido à crise no país, que, além de ter dificultado a subsistência econômica, também era motivo de insegurança para a mulher, que estava grávida e tinha receio de sofrer complicações com a falta de insumos na hora do parto. Em um primeiro momento, a família se instalou no Rio Grande do Sul, estado natal do companheiro, até depois migrarem para Pernambuco por conta de amizades venezuelanas que haviam se instalado por lá e, simultaneamente, a esperança de melhorar o quadro financeiro.

A vulnerabilidade do negócio é um dos aspectos destacados pela migrante desde o início, quando comenta sobre a variação de seus rendimentos: “há meses que é o bastante, outros não”. Outro desafio citado por ela é a inexperiência com relação às tendências de consumo sazonais e locais, diferentes das que estava acostumada no país de origem, o que, por sua vez, exige uma adaptação nas estratégias de planejamento, produção e venda. “Você tem que ter conhecimento disso para saber como vai desenvolver em

cada ciclo do ano, e isso leva tempo. As festas juninas têm uma característica, o carnaval tem outra, depois chega o mês da chuva", relata.

O casal de artesãos venezuelanos já estava passando por dificuldades, geradas pelas vendas fracas e pelas despesas com o conserto do veículo que utilizavam para transportar o material de trabalho, quando veio a pandemia. Por dependerem das feiras de artesanato e do comércio de rua para vender suas peças, tiveram a renda zerada assim que as primeiras medidas de isolamento foram adotadas. O novo cenário exigiu uma série de adaptações para que a família pudesse se manter com as contas em dia, desde contar com o apoio dos parentes gaúchos para pagar o aluguel e receber doações de cestas básicas da Cáritas até inserir o negócio no meio digital. Com a situação financeira apertada, eles também se viram impossibilitados de pagar uma vizinha que ajudava a cuidar da filha menor, o que dificultou ainda mais a administração das demandas da casa e do empreendimento e fez a migrante parar de trabalhar no ateliê por um tempo.

Entre os efeitos emocionais citados por ela durante o período de adaptação ao "mundo remoto", destacamos o estresse e o esgotamento, gerado inclusive pela necessidade repentina de "transformar um empreendimento que é físico em uma coisa online no meio da quarentena". Sem perspectivas de voltar às vendas da maneira convencional, os artesãos resolveram apostar na presença do ateliê no Instagram a partir de julho de 2020, ferramenta que então passam a utilizar para a divulgação e comercialização do trabalho. Nesse sentido, verificamos que a mulher assume um papel de destaque na promoção dos produtos, atuando como modelo de bijuterias e compartilhando sua narrativa singularizada e inspiracional.

Entrevista 2 – São Paulo

A entrevistada 2 é colombiana e chegou no Brasil, na cidade de São Paulo, em 2015. Ela e o marido moravam em Bogotá com os dois filhos adolescentes, onde tinham 1 restaurante de comida popular, 1 pequeno estabelecimento de venda de lanches rápidos e 1 lan house. À medida que prosperavam os negócios, aumentava também a pressão para concessão de propinas às milícias do bairro onde moravam e trabalhavam. "Se aparecíamos com um carro melhor, já diziam, ah, você está fazendo muito dinheiro, vai ter que nos pagar mais". Com essas milícias que, segundo nossa interlocutora, são impossíveis de serem identificadas, bem como

investigadas, uma vez que a própria polícia local dá guarda aos seus membros, a situação caminhou para o insuportável. Depois do sequestro de um dos filhos e ameaças de morte, a família decidiu fugir de Bogotá. Em seguida, partiram primeiro apenas o casal para São Paulo, e quatro meses depois, chegaram os filhos.

Com a ajuda de um padre colombiano que conheceu na Missão Paz, o casal conseguiu entrar com o pedido de refúgio na Polícia Federal e regularizar sua documentação. Para assim, começar a trabalhar, na medida do possível. Primeiro, conseguiram uma bicicleta que usavam para vender arepas, depois da participação no programa Raízes na Cozinha, e de muita pressão para receber o prêmio prometido (demorou quase dois anos para o valor prometido pela ONG e seus parceiros chegar às mãos do casal), conseguiram comprar um food truck e, já em 2019, e pouco antes do início da pandemia, a colombiana e o seu marido arrendaram um restaurante no bairro da Vila Mariana.

Nossa segunda entrevistada foi a primeira a se afastar das relações com a ONG. Com relatos diversos sobre falta de compromisso com o que foi prometido e de ter sido preterida em eventos grandes e rentáveis organizados pela ONG, a participante da Colômbia, no entanto, não conseguiu ainda sua independência financeira, uma vez que paga ainda empréstimo ao Migraflix no valor de R\$2.000,00 mensais pela compra da Kombi, que, com a interrupção dos eventos ao ar livre, ficou parada.

A rotina da família é dura, tendo o único dia livre, as segundas, dedicada a compra de insumos e materiais para continuar a lida na cozinha. Essa situação de cansaço e endividamento foi agravada durante a pandemia. E, para amenizar os efeitos de quase um ano trabalhando apenas com *delivery*, a solução encontrada foi trazer da Colômbia a mãe e a sogra do casal. Todos trabalham juntos no restaurante da Vila Mariana, em São Paulo, a fim de compensar os meses de baixo rendimento, causados principalmente pelas consequências da pandemia, como também para sanar as dívidas assumidas.

Entrevista 3 – São Paulo

A entrevistada 3 é venezuelana. Ela e o marido decidiram migrar depois de receber ameaças de sequestro, extorsões, ser seguida quando saía de casa e ter a casa invadida. Tanto ela quanto o marido tem curso superior, ela em

fisioterapia e ele em educação fundamental inclusiva, e estavam empregados. O medo e a insegurança com a situação da Venezuela foram decisivos para transformar uma viagem de férias em definitiva. O marido já fazia o percurso Caracas – São Paulo desde 2012, quando vinha para comprar peças de carro para revender no seu país. E, dessa forma, fazia comércio e complementava a renda da família. Ao se mudar para São Paulo, o casal e mais três filhos, ele começou a dar aulas de espanhol e trabalhar como motorista de aplicativo, e ela, chegou a trabalhar em sua área, mas como auxiliar. Como pagavam muito pouco, justamente por ser migrante e não ter o diploma validado, decidiu vender bolos na rua, para as pessoas que esperavam o ônibus e não tinham tido tempo de tomar café da manhã.

Foi a Cáritas de São Paulo que ligou para a venezuelana e avisou sobre o treinamento do Raízes na Cozinha. E foi a partir dos treinamentos que o trabalho com comida ganhou espaço definitivo na sua vida. Depois de vender bolos no ponto de ônibus perto de onde morava, começou a aceitar encomendas e a trabalhar com os eventos e *caterings* organizados pelo Migraflix. A entrevistada 3 talvez seja a que mais esteve vinculada à ONG, aquela que parecia mais compreensiva com as razões dadas para justificar o baixo valor pago pela comida oferecida nos *caterings* vendidos para empresas, com a falta de ajuda nos custos da produção, e a que primeiro procurou a pesquisa, depois de um ano de finalização do treinamento, com queixas sobre os métodos empregados.

Em setembro de 2019 realizamos uma entrevista em sua casa, na cidade de São Caetano do Sul, em que a pesquisa ouviu da entrevistada relatos de abusos sobre os acordos de pagamentos, como não cumprir com os valores acordados, não pagamento de auxiliar, mesmo tendo sido acordado, atrasos em repasses, e diferenças nos valores entre o que a ONG recebe das empresas que contratam *caterings* com comidas preparadas e servidas por migrantes e o valor que repassam a eles. Além dos relatos sobre quebras de acordo, ela também relatou a decepção sobre o recebimento dos “prêmios” anunciados pelo Migraflix, principalmente no que diz respeito à promessa de empréstimo aos migrantes para abrirem seus negócios.

Atualmente, a família está toda envolvida na venda de comida. A pandemia atingiu em cheio a renda familiar, que dependia dos eventos e feiras, bem como dos *caterings* e encomendas. O marido continuou trabalhando como motorista de Uber e dando aulas de espanhol, e ela, vendendo comida por encomenda, por meio das redes sociais: “isso me obriga a fazer marketing de

mim mesma todo o tempo". Toda a rotina da casa está afetada pela nova profissão, que adentra os fins de semana e mobiliza as energias e tempo familiar. Diagnosticada com Lesão por Esforço Repetitivo (LER), combina trabalho intenso com analgésicos para suportar a dor e não parar de produzir. A fronteira entre trabalho e lazer é borrada, e o tempo com os filhos passa a ser compensado com a participação deles na cozinha. Com a gradual abertura que as cidades brasileiras passaram a empregar, voltaram a participar de eventos ao ar livre e vendas por encomenda. Perguntada se se sente "empoderada", como promete a retórica empreendedora, responde "eu me sinto cansada".

Especificidades de ser mulher, migrante e empreendedora

Se concordarmos que, em linhas gerais, a reestruturação da economia mundial e o desmantelamento do Estado têm fomentado uma política e uma retórica que representam os trabalhadores como empresas de si, por outro lado, não podemos ignorar os efeitos desiguais impostos às mulheres em meio a tal reordenamento. Desde os anos 1980, teóricas feministas mostram que as mulheres têm carregado um custo desproporcional pela integração na economia global, fenômeno comumente referido como “feminização da pobreza”. Para Silvia Federici, esse ônus engendrado (do inglês *engendered*) está intrinsecamente relacionado aos objetivos fundamentais do processo globalizador.

A globalização tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais. Para isso, ela precisa expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a uma exploração mais intensa. Como tal, a globalização não pode triunfar a menos que execute um ataque sistemático às condições materiais da reprodução social e sobre os principais sujeitos desse trabalho, que, na maioria dos países, é composta por mulheres. (FEDERECL, 2019, p.182).

Mais do que um empobrecimento e perda na qualidade de vida das mulheres de forma ampla, Federeci aponta que as políticas de ajuste estrutural, liberalização do comércio e flexibilização do mercado de trabalho, próprias do neoliberalismo, dão continuidade a uma ordem colonial pré-existente, criando e reafirmando segmentações de raça, classe, nacionalidade, etc. entre as mulheres. É por isso que a globalização, em todas as suas formas capitalistas, “é em essência uma guerra contra as mulheres, uma guerra que é particularmente devastadora para as mulheres no “Terceiro Mundo”” (Ibid., p.184).

No contexto latinoamericano, o colapso macroeconômico provocado pela pandemia da Covid-19 impactou de maneira mais aguda certos segmentos, amplificando as questões laborais e sociais que caracterizam a região. Isto é, a chegada do vírus se deu em um cenário já previamente marcado pela desaceleração econômica, pelas elevadas taxas de desemprego e informalidade, além de deficiências nos sistemas de proteção social e de saúde. No que diz respeito ao mundo laboral, como revela nota técnica⁶ divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2021, por exemplo, a redução da taxa de ocupação das mulheres foi mais intensa do que a dos homens, o que se associa tanto à maior presença feminina em setores econômicos que foram mais severamente afetados pela crise, como o de serviços, quanto a maior incidência de informalidade entre as mulheres.

Outro aspecto de gênero destacado pelo mesmo relatório diz respeito a como a pandemia escancarou a importância das atividades de cuidado para a reprodução social, as quais continuam sendo exercidas majoritariamente pelas mulheres, apesar dos avanços e conquistas feministas das últimas décadas. Ao mesmo tempo em que evidenciou a dependência vital de tais tarefas, o quadro contribuiu para intensificar as tensões no que diz respeito à conciliação do trabalho com as responsabilidades domésticas, consequência direta do aumento do trabalho remoto e do fechamento temporário de creches e escolas em razão das medidas de contenção ao vírus.

Por diversos motivos, tais conjecturas se mostram particularmente desafiadoras para as migrantes empreendedoras. Ao deixarem seus países de origem, muitas delas acabam perdendo as suas redes de apoio primárias, como amigos e parentes, sobretudo outras mulheres, que frequentemente ajudam no cuidado com os filhos e no dia-a-dia do próprio negócio. Além disso, mesmo para aquelas que não são mães ou já têm filhos mais velhos, afazeres domésticos como cozinhar e limpar a casa fazem parte da rotina e, aliados às demandas do empreendimento – entre elas, a necessidade de manter uma presença online como forma de atrair consumidores e conquistar visibilidade dentro e fora das redes sociais – geram múltiplos conflitos. Afinal, como conciliar tempo, espaço e relações de ordem profissional, familiar e pessoal ao mesmo tempo?

O desempenho simultâneo desse conjunto de papéis requer a criação de estratégias para lidar com o acúmulo e a sobrecarga de tarefas, o que se

⁶ Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_779114.pdf>. Acesso em: 20 /10/2021.

coloca como um elemento constitutivo da vida de boa parte das mulheres na atualidade. Entretanto, a situação das migrantes empreendedoras é ainda mais complexa, já que a empreitada migratória expõe os sujeitos em deslocamento a situações de custo material, emocional e sofrimento psíquico, adicionando uma camada de subjugação a mais no caso dos grupos vulnerabilizados, como é o caso das mulheres. Assim, ainda que carregue consigo a chance - ou pelo menos promessa - de emancipação, realização de sonhos e melhoria de vida, dificilmente a migração irá representar uma ampliação em termos de autonomia e protagonismo na vida dessas migrantes se não forem criadas condições reais capazes de viabilizar a almejada inclusão à nova sociedade.

A partir dessa discussão, refletimos sobre a necessidade de problematizar o propalado empoderamento associado tanto ao empreendedorismo quanto à mobilidade feminina, considerando que comumente é estabelecida uma relação direta entre o papel ativo das mulheres enquanto agentes econômicos e a reconfiguração dos papéis de gênero e das dinâmicas familiares em um sentido liberatório (MIRANDA, 2009, p.27). Nesse caminho, não questionamento o mérito da perspectiva da feminização em resgatar a autonomia das migrantes, dando atenção à sua capacidade de agência e conferindo a elas outro “lugar” social e político no quadro teórico. Contudo, entendemos que se faz premente ir além da ênfase ao protagonismo e à capacidade das migrantes em reconstruírem as suas trajetórias para esmiuçar o vínculo que se estabelece entre a inserção digna no mundo do trabalho, a possibilidade de continuar e/ou validar os seus estudos, a garantia dos direitos reprodutivos, etc. e o acesso à cidadania.

Pensar sobre de que forma as mulheres procuram novos horizontes e possibilidades de existência no presente contexto exige, ainda, um olhar acurado acerca das conjunturas sociais, políticas, culturais e econômicas que vão moldar os discursos e as práticas individuais em um âmbito micro. Ao mesmo tempo, em um momento que acena para a intensificação do neoliberalismo no mundo, acompanhado por políticas de austeridade fiscal, privatizações, índices recordes de desemprego, aumento da concentração de renda e da informalidade, a precariedade parece se firmar cada vez mais como norma contemporânea. No campo da mobilidade não tem sido diferente, uma vez que a mesma racionalidade que contribui para legitimar o empreendedorismo como solução preferencial para migrantes também rege a multiplicação das exigências de documentação e dos mecanismos de

vigilância que visam a filtrar aqueles que poderão ser aproveitados como capital humano.

Considerações finais

O autor Michel Agier (2006) colabora para pensarmos a condição de vulnerabilidade com que imigrantes que solicitam refúgio e mesmo os refugiados negociam as condições de existência no lugar onde passam a viver e mesmo recusar a posição de “vítima” que lhes é atribuída pelas ações humanitárias. Agier (2006, p.200) refere-se a uma “gestão dos indesejáveis” para qualificar a “produção de espaços adequados” como os campos de refugiados, gestados pelo Estado e por ONGs, para relacionar estas ações associadas à políticas de controle. “São os homólogos mundiais e atuais, digamos pós-modernos, dos trabalhadores sociais posicionados à esquerda de um Estado que perde sua função de protetor do bem-estar social”, resume o autor (*Ibid.*, p.201). Ao serem acolhidos por ONGs ou organizações da ONU, é como vítimas que os refugiados são inscritos, o que, segundo o autor, ao recuperar o pensamento de Agamben, romperia a continuidade entre o homem e o cidadão (*Ibid.*, p.210).

No entanto, o próprio Agier assinala que o “não-lugar” ocupado pelos refugiados no plano sociológico e político também passa a ser vivenciado pelas relações que começam a ser construídas no novo espaço. O autor ressalta que é preciso ver com complexidade a situação dos refugiados para além do espaço exclusivo à inscrição nacional e dos direitos políticos concedidos pelos Estados. Nestes tempos de mundialização, outros espaços podem ser os lugares da existência política. (...) Agir, tomar a palavra nos lugares de seu exílio, é, para os refugiados, recusar a vulnerabilidade como tratamento da pura vítima sem nome, ao mesmo tempo em que se inscreve no espaço que ela funda mais nitidamente, a dos campos. Nasce aí a única revolta possível, a que encarna uma política da vida que resiste (AGIER, 2006, p. 211).

Neste espaço podemos inscrever os treinamentos para empreendedorismo para migrantes, uma vez que coloca os migrantes e refugiados no lugar de professores de experiências e histórias pessoais, resilientes e batalhadores pela vida. Se uma das possibilidades de exercício à cidadania passa pelo consumo e ligado a este fator, o empreendedor que sabe re-significar a sua história pessoal e transformá-la em produto, as ações ligadas ao estímulo ao

que estamos chamando de empreendedorismo-migrante, se revela em sintonia com o quadro contemporâneo de lutas por representação, pertencimento e reconhecimento. E, nesse caminho, migrantes passam eles próprios a serem mídias de si, pois se tornam responsáveis por atrelar suas trajetórias aos produtos que vendem, na esteira da causa humanitária a que estão imersos.

No entanto, o que se descortina a partir das entrevistas em profundidade realizadas são relatos de excesso de trabalho, adoecimento, endividamento e superposição de funções. Além do apagamento entre trabalho e vida doméstica, também o tempo dedicado ao descanso e ao lazer se torna escasso. Como dito por uma das entrevistadas, esse ritmo as obriga a estarem postando conteúdo nas redes sociais na esperança de que a conquista da atenção se traduza em rendimentos, que promova algum tipo de previsibilidade da renda familiar.

Assim, o que constatamos nesta pesquisa é que a realidade está composta por relatos de pessoas vivendo o presente sem ter assegurado minimamente um futuro, em condição de precariedade permanente. Tal conjuntura se torna ainda mais complexa em países em desenvolvimento, como os latino-americanos. Precisamos discutir uma transformação da rotina exaustiva dessas pessoas, que não tenha pudor de apontar o fracasso de um modelo que prima pelo sacrifício como modo de existir (BROWN, 2019). Para superar esta realidade, desde uma abordagem integral do fenômeno migratório como fato social, é o momento de reivindicar novos sujeitos, não o do empreendimento de si, mas o renascimento do sujeito de direitos: econômicos, sociais e culturais.

Bibliografia

- AGIER, Michel. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. Tempo Social, v. 18, p. 197-215, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo, 2018.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Parábola, 2004.
- BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrifical**: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Zazie Edições, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LYRA, Júlia. **Entre a subjetivação e a sujeição:** um olhar sobre experiências de deslocamento de migrantes venezuelanas em Pernambuco. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). 2021. Anais Eletrônicos. Recife, 2021. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-cc/julia-afonso-lyra.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MIRANDA, Joana. **Mulheres Migrantes em Portugal:** memórias, dificuldades de integração e projetos de vida. (Estudos OI; 35). Lisboa: ACIDI, 2009. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3111/1/OI_35.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Feminização das Migrações nas Fronteiras da Amazônia.** In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. 2017. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857327_ARQUIVO_FEMINIZACAODASMIGRACOESNASFRONTEIRASDAAMAZONIA.pdf<. Acesso em: 01 mar. 2023.

PORTES, Alejandro., GUARNIZO, Luis E.; LANDOLT, Patricia. (1999). **The study of transnationalism:** Pitfalls and promise as an emergent research field. *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 17 – 237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/014198799329468>>. Acesso em: 15 out. 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis, Vozes, 2014.

ZANFORLIN, Sofia; AMARAL, Renata Maria do. **Empreendedorismo para migrantes.** E-Compós, vol. 22, n. 1, 2019.

Recebido em: 22-03-2023

Aceito em: 10-05-2023